

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N<sup>º</sup> , DE 2008**  
**(Do Sr. Jorge Khoury)**

Requer que sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Integração Nacional informações sobre o projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Semi-árido do Nordeste setentrional.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às seguintes dúvidas em relação ao projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Semi-árido do Nordeste setentrional.

I – Quais são os usos previsto para a água que será transposta do rio São Francisco para as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional? Quais proporções, em relação às vazões que serão transpostas, se estimam para cada uso previsto?

II – Estão incluídos, entre os usos previstos para a água transposta, o atendimento às populações rurais dispersas e aos pequenos povoados do Semi-árido do Nordeste setentrional?

III – Qual o custo médio da água transposta em cada eixo do Projeto? Que fatores estão sendo considerados nas estimativas de custos da água transposta? Os investimentos a fundo perdido (recursos do Orçamento

Geral da União) estão sendo considerados na composição dos custos da água transposta? Nos custos da água transposta são levadas em conta as perdas de água por evaporação e por infiltração?

IV – O Ministério da Integração Nacional já dispõe de estimativas dos custos operacionais do Projeto? Se afirmativo, qual será esse custo, e quais fatores foram levados em conta para estimá-lo?

V – Os custos operacionais previstos para o Projeto e, consequentemente, o custos da água, são compatíveis com os usos previstos para a água transposta?

VI – A quem caberá a responsabilidade pela operação do Projeto? De onde virão os recursos para cobrir seus custos operacionais?

VII – Estão previstos subsídios permanentes, com recursos orçamentários da União, para os custos operacionais do Projeto? Em que proporção?

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Governo federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, iniciou a implantação do Projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, com generosa previsão de recursos no Orçamento Geral da União para o corrente ano. O Projeto de integração – ou de transposição – do rio São Francisco figura com destaque no conjunto de obras do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC. No entanto, vários aspectos do Projeto não foram ainda colocados com clareza para a sociedade brasileira, notadamente em relação aos usos aos quais, efetivamente, se pretende destinar a água transposta, aos custos operacionais e à forma como se pretende viabilizar o seu funcionamento.

Em relação aos usos da água transposta, as afirmativas iniciais de que ela iria “matar a sede” dos flagelados pelas secas têm sido alteradas, nas apresentações e divulgações técnicas mais recentes do Projeto, para o abastecimento urbano de grandes e médias cidades. As populações

rurais dispersas e as pequenas comunidades, as mais afetadas pelas secas que ciclicamente flagelam o Semi-árido, seriam atendidas por outras soluções baseadas em recursos hídricos locais, como poços profundos e cisternas para a coleta e reservação de água das chuvas. Não está definido, portanto, se a água transposta do rio São Francisco será utilizada realmente para amenizar os efeitos das secas ou terá usos economicamente mais compatíveis com os investimentos e com os custos operacionais do Projeto.

Um segundo conjunto de dúvidas que persiste é quanto ao custo real da água que será transposta. Vem sendo divulgado que o custo a ser repassado aos usuários dessa água será de R\$0,12 por metro cúbico, valor este calculado apenas com base nos custos operacionais do projeto, principalmente com energia elétrica, não se levando em conta os investimentos de mais de R\$6 bilhões que o Governo federal fará para sua implantação. Haverá, se o valor cobrado for realmente de R\$0,12 por metro cúbico, um enorme subsídio da sociedade brasileira para a transposição de água que poderá servir, na realidade, não ao Semi-árido que sofre com as secas e que necessita de ajuda, mas às áreas urbanas e aos setores mais ricos da economia nordestina.

O terceiro ponto a ser esclarecido é quanto ao arranjo institucional e ao fluxo de recursos financeiros necessários para manter a operação do projeto, quando este for concluído. Fala-se em uma empresa estatal subsidiária da CHESF e na cobrança da água aos estados que a receberem. No entanto, nada foi divulgado de concreto a respeito e nada garante que haverá continuidade de políticas públicas, nos estados receptores, capazes de manter o fluxo de recursos necessários ao pagamento pelo uso da água transposta.

A sociedade brasileira precisa ser informada e estar consciente desses fatos, pois dela os recursos que estão sendo empregados na implantação do projeto de transposição. O povo brasileiro não pode, mais uma vez, ser frustrado por ações e investimentos que prometem resolver de forma definitiva o velho problema da seca do Nordeste e que, ao final, apresentam resultados que não condizem com as expectativas criadas e com o montante de recursos financeiros empregado.

Por estas razões, contamos com a costumeira atenção do Sr. Ministro da Integração Nacional e da equipe de técnicos que conduzem o projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Semi-árido do Nordeste setentrional para o pronto envio, a esta Casa, das respostas às questões que ora levantamos.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

Deputado **Jorge Khoury**